

AMBIENTE RURAL E NATUREZA: DIFERENÇAS QUE PRODUZEM ESPECIFICIDADES PARA UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, SP.

Marcelo Giraldi de Castro

Antonio Carlos Rodrigues de Amorim

Faculdade de Educação/ Unicamp

Este artigo é um fragmento de uma pesquisa de Mestrado, na qual estendemos olhares para uma escola rural na cidade de Piracicaba, localizada no Estado de São Paulo, em busca de suas representações e percebendo como as práticas de significação apresentam efeitos que produzem as especificidades e diferenças desta escola. Para tanto nos foi muito importante a aproximação com referenciais teóricos que articulam educação e cultura, em especial o campo dos “Estudos Culturais da Educação”.

Ao atribuir sentidos, estamos recorrendo aos significados que dispomos através da cultura e tais significados são dependentes de outros, deslizando e mudando conforme a circunstância e o contexto cultural. Assim compreendido o conceito de *representação*, optar por trabalhar tendo ele como um dos referenciais nos permitiu visualizar e supor a existência não de uma especificidade caracterizadora da escola rural, mas, sim, de várias especificidades que se apresentam e se traduzem em múltiplas possibilidades de compreensão e caracterização.

Pudemos olhar para esta escola rural como um espaço que se mostra atravessado de sentidos e aglutinado por especificidades e isso nos impeliu na busca de compreensões sobre aspectos pouco visíveis e em movimento nesse espaço, que, em determinadas circunstâncias, parecem querer produzi-lo como diferenciado.

Dizendo de outra forma, desejamos lançar/produzir olhares para aquilo que quis construir esta escola rural em particular como algo diferente.

Tratando essa pesquisa como um estudo de caso, pudemos assumir olhar para os movimentos que nela se delineiam como circunscritos a determinadas condições. Assumimos, metodologicamente, que são os efeitos desses movimentos, em um caso específico, que nos interessam apresentar em narrativas, descrições e ensaios de análises, neste texto. Uma escola rural pertencente à Secretaria Municipal de Educação de Piracicaba é o lugar por meio do qual aconteceram as incursões investigativas. A compreensão desta escola como lugar não a restringe a seu espaço físico, material, aos alunos e às pessoas que nela trabalham, mas, também, a algumas outras instâncias e

sujeitos que produzem sentidos sobre e para ela, dentre eles as famílias dos alunos, a Secretaria Municipal de Educação com seus profissionais e documentos¹, os jornais impressos de diferentes épocas, fotografias, etc. Desta forma, pretendemos dilatar, descentrar e permeabilizar as fronteiras físicas do espaço desta escola, capturando, em um contexto um pouco mais ampliado, as produções de seus sentidos e significados.

Destacadamente, porém, a realização de um conjunto de entrevistas foi um dos principais instrumentos de movimentação das representações, que resultou na escolha de temáticas e direções das descrições e análises que serão apresentadas neste artigo. Foram entrevistadas vinte e uma pessoas, envolvidas de diferentes formas com a escola em questão: seis mães, três pais, duas ex-alunas, seis professoras, a diretora, uma supervisora de ensino, o secretário municipal de educação e dois funcionários (uma assistente social e uma engenheira agrônoma) de um Projeto² com atuação em todas as escolas municipais rurais de Piracicaba, incluindo nossa escola em questão.

As entrevistas se orientaram através de dois temas estabelecidos previamente e que foram conduzindo e sendo conduzidos à medida que os entrevistados produziam suas considerações. Esses temas giravam em torno de questões a respeito da escola e do espaço rural. Além disso, foram sendo desencadeadas durante a realização das entrevistas, lembranças sobre histórias e experiências vividas que nos apresentaram muitas representações interessantes sobre os entrevistados e seus lugares de vida.

O fato de também já termos participado desse Projeto direcionado para as escolas rurais da rede de ensino municipal – que incluía, também, a escola escolhida como foco de nosso estudo – facilitou o processo de contato com as diferentes pessoas entrevistadas e nos fez assumir, na relação de entrevistas com os participantes da pesquisa, as *marcas* como sujeitos atuantes deste projeto e, portanto, produtores de sentidos e participantes de rede de relações de poder.

As entrevistas foram, então, dimensionadas como trocas de experiências e observadas nas suas posições privilegiadas e que, durante a conversa, traziam à tona algumas relações entre rural, urbano e natural; passado e futuro; vivências e conhecimento.

¹ Decidimos olhar para alguns textos produzidos pela escola e para a escola rural, e que apresentam e discutem aspectos diretamente relacionados à questão da sua especificidade e que, portanto, participam também da circulação de significados no espaço dessa escola rural. São eles: Lei 9394 de 20/12/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Resolução nº 01 de 3/04/2002 (Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo), Diretrizes da I Conferência Municipal de Educação de Piracicaba e Projeto Político-Pedagógico da Escola.

² Trata-se do Projeto “Núcleo Rural de Atendimento à Criança e ao Adolescente”.

Com esse dimensionamento das entrevistas, em que apostamos? Que pelos sentidos que as entrevistas apresentam, pudemos criar uma escrita, em vários momentos com aspectos de narrativa, pontuando multiplicidades da *escola rural*, em especial argumentando como a diferença (rural) que identifica a escola participa de uma série de processos de significação, ou seja, constitui representações. Na esteira desta questão, não iremos apenas demonstrar sua relevância e contradições, mas principalmente apresentar sua constituição como lugar perpassado por intensas relações de conflitos e de tomadas de posição privilegiadas; campo de força no qual o que representa o rural é uma iniciativa à sua persistência ou à sua revitalização.

Olhares que emergem pela experiência: a produção de especificidades

Em 1999, acompanhando o início do processo de municipalização do ensino fundamental de Piracicaba, foi criado o “Projeto Núcleo Rural de Atendimento à Criança e ao Adolescente” (PNR)³, no qual se teve oportunidade de trabalhar até o ano de 2001.

Desenvolvido pela Secretaria Municipal da Educação (SME) em parceria com a Pastoral do Serviço da Caridade⁴ (PASCA) e apoio de outras secretarias municipais, entidades e órgãos envolvidos direta ou indiretamente com questões relacionadas ao meio rural, o PNR, através de uma equipe multidisciplinar composta de assistentes sociais e engenheiros agrônomos, atuava em escolas municipais de Piracicaba consideradas como rurais. O alcance de suas ações não estava restrito exclusivamente ao espaço escolar, abrangendo, também, as famílias dos alunos.

Pretendemos apresentar a seguir, leituras que busquem algumas práticas que, através das ações do PNR, tentavam produzir marcas de especificidades para essas escolas rurais.

Partimos, então, dos pontos referenciais que norteavam o planejamento e a execução de todas as ações do PNR: o desenvolvimento rural e o resgate e a valorização de sua cultura.

³ O PNR ainda continua em atividade neste ano de 2004.

⁴ A PASCA, entidade sem fins lucrativos, foi criada em 25 de janeiro de 1988 com o intuito de aglutinar todos os trabalhos desenvolvidos pela Pastoral Social da Diocese de Piracicaba e de responder juridicamente por eles, considerando cada trabalho como Unidade Prestadora de Serviço (UPS). Além do PNR, a entidade conta atualmente com as seguintes Unidades Prestadoras de Serviço: Banco de Remédios, Serviço de Apoio ao Menor (SEAME), Pastoral da Criança, Centro de Convivência Infantil (CCI) e Projeto Revida, Bazar da Fraternidade e Casa Familiar de Recuperação Infantil.

O presente Projeto, inserido no contexto de um Programa mais amplo de fixação rural, visa o atendimento a uma faixa etária específica tendo como locus privilegiado as escolas rurais.

Espaço central de socialização para as crianças e adolescentes das comunidades alvo das atividades propostas, a escola rural permite perseguir os objetivos de resgate dos aspectos culturais, e de gestão de alternativas à monocultura da cana-de-açúcar a partir de um currículo alternativo que atende às peculiaridades e necessidades do homem do campo (s/p) ⁵

Esta interação com as escolas proposta pelo PNR aconteceu, principalmente, através do apoio assistencial e técnico às famílias e da realização de atividades práticas de ensino desenvolvidas com os alunos e previamente programadas com as professoras.

Esse último aspecto, relevante para nossa discussão, tinha como objetivo:

A melhoria das condições da escola e do ensino, a diminuição da repetência e da evasão, desenvolvendo um currículo alternativo que atenda às peculiaridades da criança da zona rural (s/p) ⁶

Desta forma, frases do tipo “desenvolvimento rural”, “resgate cultural”, “ensino diferenciado”, “fixação da população”, “peculiaridades da criança da zona rural”, “problemáticas familiares específicas”, dentre outras, marcavam e construíam um conjunto de categorizações e especificidades, cujos significados passavam a circular e se aglutinar a outros significados carregados pelas pessoas envolvidas naquele trabalho, estabelecendo, assim, diferentes entendimentos e posicionamentos. Neste contexto, as diferenças para a escola rural eram discursivamente produzidas.

O PNR passava a estabelecer um campo bastante produtivo de práticas de representação e de disputa de significações sobre o rural e seus elementos caracterizadores, como a família, o trabalho, a cultura, a escola, etc.

É deste último ponto – a escola rural – que passaremos a focalizar o relato sobre o PNR, direcionando-o para momentos que fizeram emergir reflexões importantes para aquilo que foi produzido com a pesquisa de Mestrado e que poderá nos aproximar de

⁵ Extraído do texto: *Projeto Núcleo Rural de Atendimento à Criança e Adolescente*. Piracicaba. Secretaria Municipal de Educação (mimeo, s/d).

⁶ Idem.

um campo de visão no qual seja possível perceber, também, os efeitos produtivos de nossas representações, que vão sendo constituídas por outros significados adquiridos circunstancialmente dentro do contexto cultural vivido.

Destacaremos a seguir alguns momentos dessa experiência do PNR, direcionando buscas pelas marcas expressas em ações e acontecimentos que, entre outras coisas, queriam produzir especificidades para as escolas rurais envolvidas com o projeto.

Incorporação e corporificação do discurso ambiental

À medida que as atividades de práticas educativas foram realizadas mediante a programação estabelecida pelo PNR, um outro conjunto de interesses começava a tomar corpo em reuniões específicas, com os membros da equipe do projeto e nos HTPC's, com as diretoras e professoras das escolas rurais.

Poderíamos dizer que vivemos hoje um momento onde as sensibilidades políticas, éticas e estéticas garantiram à natureza e às questões ambientais um lugar de indubitável notoriedade e evidência. A difusão e a legitimidade da “questão ambiental”, tanto nas lutas sociais quanto nas ações governamentais, não deixam dúvidas sobre a constituição de um campo social ambiental (Carvalho, 2000, p.41)

Esse conjunto de interesses que passaram a entrar em circulação era movimentado pelos discursos da Educação Ambiental, cuja temática central – a questão ambiental – passa a se instaurar, nas últimas três décadas, como discussão de extrema relevância para todos os segmentos e instituições sociais, surgindo como proposta de reflexão sobre o atual modelo de desenvolvimento e sobre as relações da humanidade com o planeta e da sociedade com a natureza.

Dentro da equipe do PNR, a Educação Ambiental entrou, principalmente, a partir da identificação e engajamento pessoal de alguns de seus membros com as suas propostas. Dos três agrônomos do projeto, dois deles mostravam um forte interesse em viabilizar, inicialmente, a sua discussão e, posteriormente, a sua prática no interior das escolas.

Nossas identificações e concepções em relação ao assunto giravam em torno da possibilidade de mediar, continuamente nas escolas, uma discussão que pudesse questionar de maneira circunstanciada o modelo de sociedade vigente e a sua sustentabilidade a médio e longo prazos. Para isso, as ações e práticas educacionais do PNR deveriam ser pensadas no sentido de contribuir para a produção de novas

sensibilidades em relação à questão ambiental nos contextos rurais em que estávamos trabalhando, seja através das escolas, seja através das famílias.

Para nós, o processo de sensibilização se daria em ambientes abertos que facilitassem um contato estético com a natureza.

Segundo Crespo (2000), privilegiando as pedagogias “experienciais” ou “vivenciais” essa tendência, praticada sobretudo por organizações não-governamentais ambientalistas e comunitárias, desenvolve estratégias diferenciadas segundo tendências, por exemplo, mais próximas àquelas desenvolvidas pela educação popular-comunitária, é inspirada na pedagogia de Paulo Freire e discípulos.

(...) considerando a assimetria das relações de força que estão definindo as transformações sociais e econômicas em curso, uma reorientação global das relações com a natureza parece mais próxima de uma utopia ecológica do que uma realidade em curso. Ainda estamos longe de consolidar uma nova aliança entre a sociedade e a natureza. Talvez estejamos no momento de, justamente, confrontar e discutir sobre que bases essa “reconversão” dos projetos de sociedade em direção a uma ordem sustentável poderia se dar. O horizonte-cultural deste debate está, irremediavelmente, atravessado por uma multiplicidade de interesses e projetos sociais que vão interpretar diferentemente o “ambiental” (Carvalho, 2000, p.41)

O terceiro agrônomo que compunha a equipe não compartilhava das mesmas concepções, mostrando-se bastante refratário a qualquer discussão sobre o assunto. Seu posicionamento estava fortemente vinculado à manutenção da proposta de trabalho anterior

que concebeu o PNR, na qual a ênfase estava apoiada quase que exclusivamente, na prática de ensino de técnicas produtivas através de hortas escolares.

Isso gerou uma disputa de argumentações e entendimentos sobre os rumos que os trabalhos do projeto deveriam tomar, o que acabou isolando esse último posicionamento dentro da equipe, rompendo com as vias de diálogo que, com o passar do tempo, foram sendo esgotadas.

O PNR entrava em um momento peculiar, pois a partir desse embate, dois posicionamentos e duas propostas de trabalho passaram a coexistir.

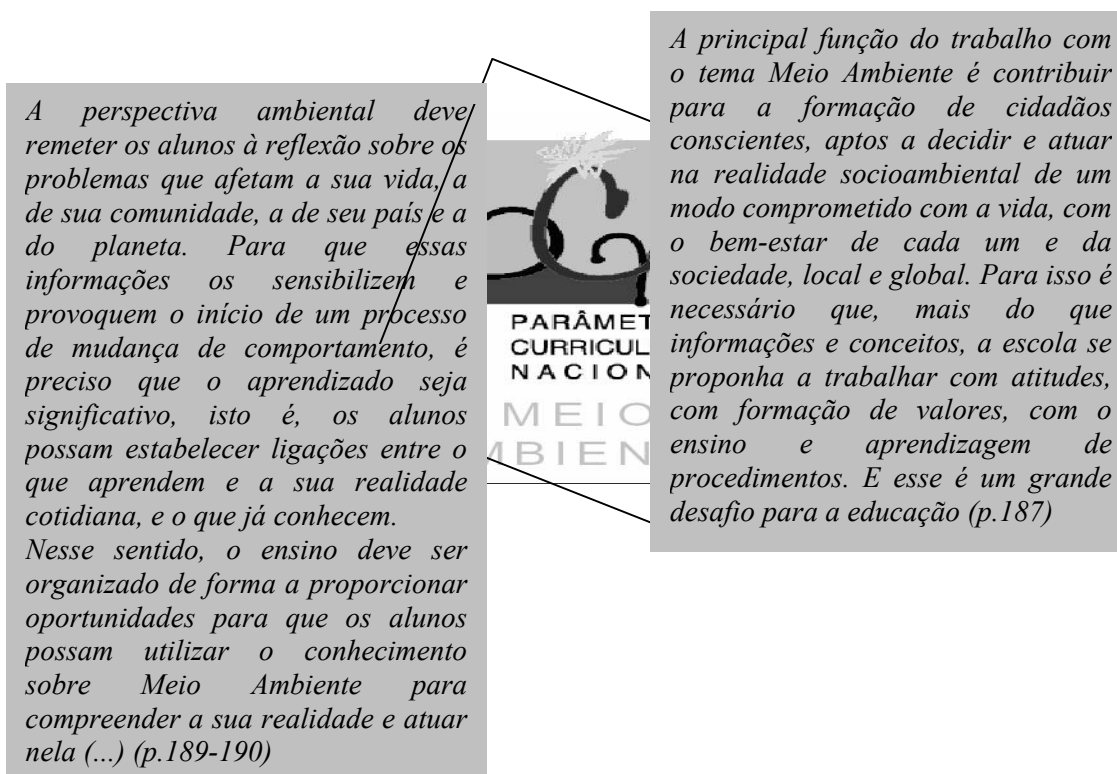
Nessa disputa pelo poder da representação de diferentes visões do rural e por aquilo que deveria ser inserido no currículo das escolas através do PNR, os tensionamentos gerados chegaram a vias de fato, com a demissão desse membro da equipe ao final do segundo ano de funcionamento do projeto.

Prevaleciam, então, os argumentos relacionados à incorporação da Educação Ambiental, que gradativamente foi sendo aglutinada às ações do projeto.

Também reforçava esses argumentos, o fato de que a Educação Ambiental já estava circulando nas escolas através dos discursos e materiais oficiais da política de educação, tanto federal como municipal.

Em alguns HTPC's (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) que contavam com a participação da supervisão escolar e em cursos oferecidos pela própria Secretaria Municipal de Educação, veiculavam-se as propostas da Educação Ambiental como algo a ser incorporado e multiplicado no cotidiano de trabalho de todas as escolas da rede, independente de serem rurais, urbanas ou da periferia.

Certamente, um dos principais veículos de introdução desse discurso nas escolas, eram os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997).



Nesta convergência entre esses dois poderosos discursos, ambientalista e político-educacional, pôde-se visualizar as argumentações necessárias para a agregação da Educação Ambiental ao planejamento de atividades do PNR e ao currículo das escolas rurais, pois se o resgate dos vínculos individuais, coletivos e culturais com o espaço e com a realidade vivida pelos alunos dessas escolas pudesse ser potencializado através de atividades de sensibilização e de (re)conhecimento do ambiente local e das suas conexões com o ambiente global, isso estaria ao encontro dos principais objetivos do projeto e, portanto, poderiam justificar as nossas pretensões em relação ao rumo do trabalho que estávamos visualizando.

Na mesma esteira de argumentos, estava a percepção sobre os processos de transformação do rural e às novas funções que vinha adquirindo, pois além das tradicionais atividades produtivas relacionadas ao setor agropecuário, outras tantas atividades rurais não-agrícolas ligadas à produção de bens e serviços, passaram a ocuparem espaços significativos dentro desse rural, o que José Graziano da Silva, em seus estudos e pesquisas empíricas, convencionou chamar de “o novo rural brasileiro”.

A partir dos anos 80, assistimos ao surgimento de uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos. Esse “Novo Rural” como vem sendo denominado, compõem-se basicamente de três grandes grupos de atividades:

- *Uma agropecuária moderna, baseada em “comodities” e intimamente ligada à agroindústria.*
- *Um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços.*
- *Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercados.*

O termo “novas” foi colocado entre aspas porque muitas dessas atividades, na verdade, são seculares no País, mas não tinham, até recentemente, importância econômica (Graziano da Silva et al., 2002, p.39-40)

Dentre essas novas atividades, estão aquelas associadas às demandas ambientais e ao (re)encontro com a natureza, como por exemplo, o ecoturismo, o turismo rural, a preservação de reservas e recursos naturais e a própria Educação Ambiental.

Desta forma, essa percepção de uma dinâmica de convívio entre um espaço rural cada vez mais tecnificado e industrializado e um outro que, ao se aproximar da natureza, procura resgatar um convívio humano cada vez mais harmônico e equilibrado, nos fez acreditar ainda mais nas potencialidades que a Educação Ambiental poderia oferecer se agregada às ações do PNR nas escolas rurais.

Esses princípios que afirmavam as potencialidades da Educação Ambiental dentro do projeto selecionaram aspectos do meio rural para serem apresentados e integrados aos currículos escolares que teriam dificuldades de estabelecer relações com a seguinte fala de uma mãe nesta pesquisa. Por essa fala, encontramos aspectos da vida no meio rural que os discursos da Educação Ambiental deixariam de fora, ao realizarem aproximações do rural com a natureza.

Mãe 2 – Quando eu casei, o pessoal plantava o arroz, colhia e a gente comia daquele arroz. Agora já não planta mais. A gente compra tudo na cidade. O arroz, o feijão, tudo. O feijão, as pessoas deixaram de plantar por causa da questão de bicho, sabe. Começou a bichar muito aí tinha que passar muito veneno. Meu marido tomou uma intoxicação de veneno, não podia mais lidar com veneno. Então, largou de plantar. Antes de eu casar eles plantavam algodão também. Pela questão do veneno, deixaram também de plantar.

Marcelo – E tem ainda muito esse costume de conversar com os parentes?

Mãe 2 – Aqui no sítio tem ainda. Apesar de que quando eu casei era mais. Não sei se foi por causa da televisão. Diminuiu bastante esse costume de ir à casa do parente, na casa do vizinho a noite para conversar. Quando eu casei tinha muito disso. Eu não sei se é pelo trabalho porque agora todo mundo tem granja, a maioria das pessoas tem granja. Então, a granja dá muito trabalho. As pessoas ficam até tarde cuidando da granja. Não tem muito mais aquele tempo de sair a noite. Por que a granja a noite também precisa de cuidado. Por causa do tempo. Se venta, se chove, tem que cuidar. Então, as pessoas não saem muito mais por isso.

Marcelo – E essa questão das granjas que tem em bastante lugar por aqui. Ela chegou em que época mais ou menos?

Mãe 2 – Vai fazer uns dozes anos, acho, que tem a granja. Logo que eu casei tinha uma ali embaixo só. Depois um foi fazendo. Agora, quase todo mundo tem. É um meio de sobreviver no sítio. Quem não tem muito terreno para plantar, então... faz a granja para ter uma renda a mais.

A partir do segundo ano de funcionamento do projeto, a Educação Ambiental começou, então, a ser movimentada em algumas das escolas através das discussões e textos que levávamos aos HTPC's e, também, pelas atividades de sensibilização e estudo do meio que realizávamos com os alunos.



Essa nova movimentação, associada aos resultados e repercussões obtidas no primeiro ano de trabalho, despertou o interesse de outras escolas da rede municipal que sondaram a Secretaria de Educação sobre a possibilidade de suas inclusões ao PNR.

Apesar de estarem localizadas em bairros urbanos geralmente periféricos, assumimos, experimentalmente, o trabalho em quatro dessas escolas.

Essa possibilidade de abertura se relacionava à inserção da Educação Ambiental às ações do PNR e ao maior aprofundamento de nossas reflexões sobre os processos de transformação do rural piracicabano, o que acabou produzindo uma visão mais maleável e abrangente tanto em relação ao nosso trabalho quanto em relação ao público que atendíamos e que não era exclusivamente oriundo da zona rural.

A visão dicotomizada que no início do trabalho nos fazia enxergar o rural como lugar de especificidades e distinções em relação ao urbano, passava a ser deslocada, então, por uma visão de um “continuum” espacial, ou seja, de interação e interpenetração entre rural e urbano.

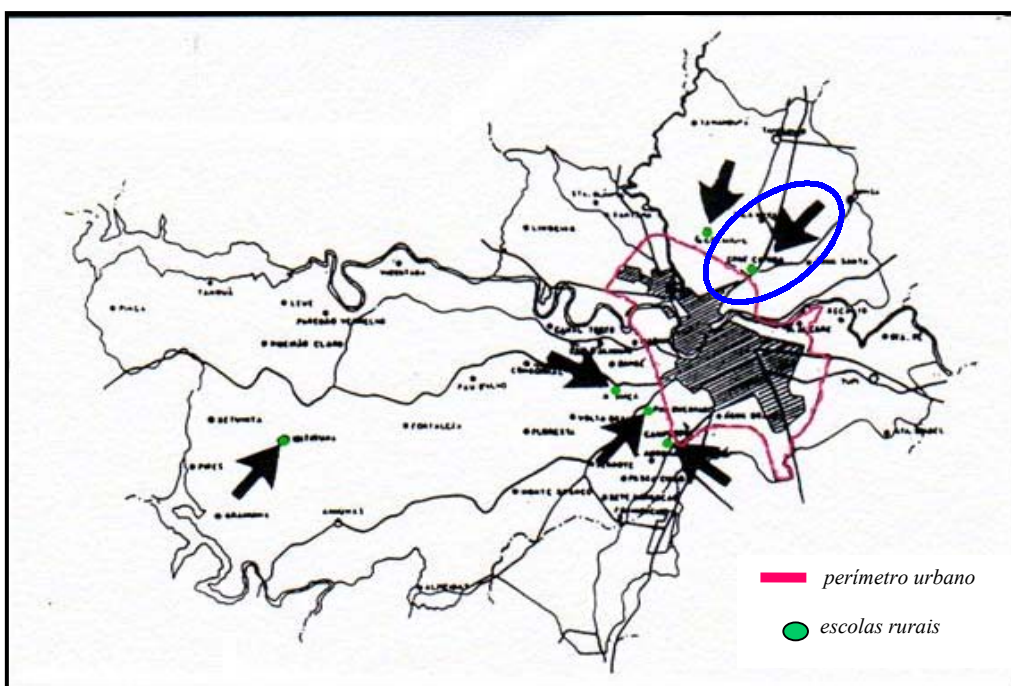


“O desaparecimento da Natureza – a mercantilização do campo e a capitalização da própria agricultura em todo o mundo – começa agora a desgastar o seu outro termo, o que antes era o urbano. Como o sistema mundial de hoje tende a um enorme sistema urbano – a tendência a uma modernização cada vez mais completa prenunciava justamente isso, o que, no entanto, ratificou-se e surgiu de maneira inesperada pela revolução das comunicações e suas novas tecnologias(...) - , a própria concepção de cidade e do urbano clássico perde sua significação e parece não mais oferecer nenhum objeto de estudo delineado com precisão, nenhuma realidade especificamente diferenciada. Em vez disso, o urbano se torna o social em geral e ambos se constituem e se perdem em um global que não é realmente o seu oposto (como era na sua forma antiga), mas algo como o seu alcance externo, o seu prolongamento em um novo tipo de infinidade.”(Jameson apud Braida e Froehlich, 2000, p.13)

Essas novas representações e formas de olhar para nossos lugares de trabalho traziam-nos ainda mais sentidos para a Educação Ambiental, pois nela caberiam tanto o rural quanto o urbano e o periférico.

Entretanto, ao final desse segundo ano, foi avaliado pela coordenação do PNR que os trabalhos realizados nas escolas urbanas poderiam descaracterizar por demais os objetivos gerais do projeto e, principalmente, o seu caráter de especificidade no atendimento à população rural. Desta forma, eles não mais deveriam ter continuidade para o ano seguinte.

Mas apesar disso, uma, das quatro escolas em que esses trabalhos experimentais foram realizados, acabou sendo incorporada definitivamente ao PNR. Isso pôde ser “permitido” porque, pela sua localização geográfica, tal escola poderia ser considerada como rural, já que estava fora dos limites (apesar de muito próxima a ele) que estabeleciam o perímetro urbano do município.



O mapa indica a localização de cinco escolas rurais inicialmente atendidas pelo PNR e a Sexta (circunscrita em azul) posteriormente.

O discurso pela manutenção das “especificidades rurais” do PNR reposicionava, então, um deslocamento que estava sendo iniciado por um outro discurso, o da Educação Ambiental.

Desta forma, o projeto recuperava sua característica inicial de trabalho através das escolas rurais, independentemente de suas peculiaridades locais e do perfil do público atendido.

Mas esse reposicionamento não significou um apagamento, pois os dois discursos permaneceram no interior do PNR produzindo sinergias que movimentaram novas possibilidades de ação. Reorganizava-se, então, um outro conjunto de significados e representações que pareciam buscar a construção de uma possível relação de identificação entre o rural e o ambiental.

Em uma reunião de avaliação e planejamento da equipe do PNR, no início do terceiro ano de nosso trabalho, foram levantadas algumas propostas que tinham o objetivo de criar meios para a discussão de assuntos que continuávamos a achar relevantes tanto para as escolas rurais onde atuávamos quanto para a continuidade de nossos trabalhos.

Na nossa percepção da época, havia um considerável desconhecimento por parte das educadoras (professoras e diretoras) no que dizia respeito a alguns aspectos das relações sócio-culturais-ambientais presentes no meio rural.

Apesar do trabalho realizado junto aos alunos desde o início das atividades do projeto ter sido produtivo em vários aspectos, a equipe de técnicos do Projeto Núcleo Rural avaliou, ao final do ano 2000, que seria de fundamental importância uma mudança de estratégia no sentido da implementação de ações mais efetivas e consistentes em torno da capacitação das professoras e diretoras das escolas rurais, pois a grande maioria dessas educadoras vive e tem origem na zona urbana e de uma forma geral desconhecem a complexidade e o potencial educativo existente nas questões ambientais, culturais e sociais do espaço rural(s/p)⁷

⁷ Extraído do projeto de intervenção educacional produzido por Marcelo Giraldi de Castro para o curso de especialização em Educação Ambiental (mimeo)

Entendíamos que o distanciamento cultural, pelo fato da origem urbana⁸ da grande maioria das professoras e diretoras das escolas rurais, poderia ser uma das principais dificuldades para a compreensão sobre a importância e necessidade de uma reflexão mais aprofundada e, até mesmo, mais interessada sobre tais aspectos.

Trabalhamos, então, com a proposta de pensar a construção de um formato em que fosse possível viabilizar um espaço para essas possíveis discussões e, mais do que isso, um espaço onde, também, fosse possível vivenciá-las.

Nesse mesmo ano, coincidentemente, estaria finalizando um curso de especialização em Educação Ambiental⁹, cuja motivação para a participação tinha total relação com as nossas identificações e buscas profissionais dentro dos trabalhos do projeto. Uma oportunidade, então, se apresentava, pois entre as atividades finais de avaliação do curso, a principal seria a elaboração e execução de um projeto de intervenção educacional.

Juntando essa tarefa a ser cumprida aos indicativos da reunião de avaliação e planejamento do PNR, foi esboçada uma proposta de um curso para as educadoras das escolas rurais, cuja atividade central seria a realização de um estudo do meio.

“O reconhecimento dos espaços ambientais no sentido mais amplo, isto é, considerando não só aspectos ecológicos, mas, também, sociais, econômicos e culturais, é de fundamental importância para que as pessoas possam transformar suas atitudes e ampliar suas percepções em relação a estes locais onde vivem ou atuam profissionalmente.

A zona rural, ambiente altamente transformado pelas ações humanas, apresenta inúmeras especificidades que podem ser trabalhadas de diversas formas dentro de um processo pedagógico.

Uma destas formas é o estudo do meio.

Estudar o meio é ler sensitivamente o que o espaço nos diz.

É estudar os diversos conjuntos significativos da natureza e da sociedade, objetivando conscientizar o educando sobre o cotidiano que o envolve e da qual tem que participar.

Pode ser utilizado como recurso de aprofundamento dos conteúdos escolares e de questionamento da realidade, promovendo uma maior integração de alunos e professores com estes locais”¹⁰

⁸ Há de se deixar claro que essa também era a condição de todos os técnicos que atuavam no PNR.

⁹ Curso “Formação de Educadores para Sociedades Sustentáveis” realizado no período de agosto de 2000 a setembro de 2001 pelo Laboratório de Estudos e Políticas Ambientais da ESALQ/USP.

¹⁰ Texto introdutório do guia de campo que orientavam as observações e atividades do estudo do meio extraído de meu Projeto de Intervenção Educacional produzido para o curso de especialização “Formação de Educadores Ambientais para Sociedades Sustentáveis” (mimeo, 2001).

Por meio das atividades de Educação Ambiental que já estavam sendo implementadas pelos técnicos nas escolas, construíram-se argumentos que acabaram sendo convincentes e suficientes para se justificar a importância da realização do curso.

A idéia, apresentada à Secretaria Municipal de Educação, foi bem recebida e aprovada quando, a partir daí, debruçamo-nos juntamente com a equipe do projeto para a construção do projeto final do curso, seu planejamento e organização.

Na verdade, a concepção de um curso centralizado em uma atividade amplamente utilizada em propostas educativas de Educação Ambiental, surge como desdobramento das leituras dos textos, das aulas, das atividades e das trocas de experiência que circularam ao longo de um outro curso e que passaram a circular, também, nas reuniões da equipe do PNR, possibilitando o desdobramento da proposta do campo da idéia para o campo da ação.

Realizou-se, então, durante os meses de abril, maio e junho de 2001, o curso intitulado “Estudo do meio rural: uma abordagem pedagógica”, com carga horária de 31 horas dividida em 10 encontros semanais.



Procuramos trabalhar nesses encontros do curso, atividades, temas e assuntos que pudessem dar suporte a uma reflexão mais aprofundada sobre aquilo que seria vivenciado na atividade central do curso – o Estudo do Meio Rural –, procurando mostrar, também, suas possíveis potencialidades como prática pedagógica a ser desenvolvida com os alunos.

Além disso, projetávamos que alguns desdobramentos do curso poderiam, no final, subsidiar futuras discussões e propostas de implementação de um currículo

diferenciado nas escolas rurais, um dos objetivos do PNR, expresso, também, na redação do objetivo geral do projeto do curso.

*Contribuir para a capacitação das professoras das escolas rurais de Piracicaba, lançando subsídios e gerando reflexões que possam estimular e orientar a construção de propostas pedagógicas e adequações curriculares contemplando as especificidades caracterizadoras do espaço rural (p.10)*¹¹

É interessante destacar que, por se tratar de um curso com emissão de um certificado pela Secretaria Municipal de Educação, a divulgação teve de ser aberta para toda a rede de ensino, redimensionando a nossa proposta de realização de um curso direcionado especificamente para as educadoras das escolas rurais.

O texto abaixo apresenta as justificativas que foram construídas para isso:

(...) o tema que permeia essas diferentes especificidades é o meio ambiente, assim para melhorar a qualidade de ensino das escolas rurais, estimulou-se a adequação do currículo a realidade vivenciada pelo aluno, através de intervenções pedagógicas feitas pelos Engenheiros Agrônomos.

Este trabalho contribuiu para a mudança de postura dos alunos em relação ao ambiente, porém, essas mudanças serão potencializadas se o educador, que permanece com a criança por 25 horas semanais, incorporar valores de respeito ao ambiente na sua prática cotidiana.

*Para tanto, é essencial o re-direcionamento do trabalho para sensibilizar a equipe escolar sobre a importância dos problemas ambientais (...)*¹²

Essa abertura acabou, surpreendentemente, superando nossa expectativa de participação. De uma previsão inicial de cerca de 35 participantes, o número chegou a 58, sendo 26 educadoras de escolas rurais e 32 de escolas urbanas.

¹¹ Extraído de meu Projeto de Intervenção Educacional produzido para o Curso de Especialização “Formação de Educadores Ambientais para Sociedades Sustentáveis” (mimeo, 2001).

¹² Extraído do “Projeto de Solicitação de Subvenção para Desenvolvimento do Projeto Núcleo Rural de Atendimento à Criança e Adolescente”. Piracicaba. Pastoral do Serviço da Caridade (mimeo, dezembro de 2000).

Diante dessa contingência, o discurso da Educação Ambiental apresentou-se, neste contexto e reiterando outros movimentos já apresentados neste texto, como uma possibilidade de abarcar e apagar aquilo que era ou poderia ser visto como diferente ou específico, aglutinando-se como marca que fazia estabelecer, circunstancialmente, algumas identificações entre o rural e o ambiental/natural. Esse foi o efeito na rede de significações da escola rural que o curso gerou.

Independentemente das escolas em que trabalhavam, sejam rurais, periféricas ou urbanas, as professoras produziram, então, expectativas de um curso que estava fortemente marcado pelas propostas da Educação Ambiental, a partir de uma pergunta incluída na ficha de inscrição: *“O que você espera do curso?”*¹³

“Espero que este curso nos leve a refletir sobre o nosso papel de educadores, frente à educação ambiental”

“Caminhos para chegar a isso (preservar e como preservar o ambiente)”

“Espero do curso sugestões de trabalho e informações sobre o assunto, já que é fundamental que nossos alunos compreendam a necessidade e a importância do meio ambiente”

“Espero uma ótima orientação para trazer a E.A. para a escola e principalmente para dentro da sala de aula”

“Espero que através desse curso eu seja capaz de conscientizar as pessoas de que tudo o que temos e somos é graças ao meio em que vivemos, de forma a sensibilizá-los com o problema, e que depende da ação deles (nossa) para um futuro melhor”

“Espero expandir meus conhecimentos sobre tal assunto, de maneira que eu possa estar ajudando na preservação do meio ambiente”

Para as professoras, as expectativas apresentadas não chamavam atenção para relações com o rural, indicando uma compreensão da Educação Ambiental fora da relação com as questões que marcariam a especificidade da escola, seja rural, seja urbana.

As relações de identificação entre rural e ambiental/natural, efetuadas quando se assume a Educação Ambiental como um forte discurso que marcaria a especificidade da

¹³ Extraído do Projeto de Intervenção Educacional produzido para o Curso de Especialização “Formação de Educadores Ambientais para Sociedades Sustentáveis” (mimeo, 2001).

escola rural, estão presentes em várias discussões que acontecem em outros campos sociais, além da educação, podendo indicar que participam de redes de significação que se entrecruzam com as que nesta pesquisa de caso foram sendo produzidas.

Para Braida e Froehlich (2000), a associação entre o rural e o natural parece ser, à primeira vista, uma constatação até certo ponto bastante compreensível, principalmente quando se dá a partir de uma relação comparativa com um espaço urbano artificializado, “na medida em que o rural é pensado como o âmbito em que o humano lida com a natureza para satisfazer as suas necessidades sob a forma de uma agri-cultura”. Desta forma, o rural passa, então, a ser “pensado como o lugar em que a cultura intervém na natureza” ou, ainda, “como lugar natural do natural” (p.1).

Apesar de aparentemente compreensível, essa identificação é, na verdade, bastante problemática, pois, segundo os autores, envolve diferentes conceitos e representações sobre a natureza, incluindo algumas possíveis incompatibilidades.

Atualmente, existe uma gama de preocupações particulares com esta 'natureza'. A ecologia e a deterioração ambiental, as representações sobre o território nacional e do papel contemporâneo da agricultura no desenvolvimento e a procura de equacionamentos para as crises sociais especialmente associadas ao emprego e às transformações da agricultura, recolocam a problemática da 'ruralidade' e da 'natureza' no contexto das sociedades contemporâneas. Especula-se sobre um 'renascimento do rural', da necessidade de 'padrões de vida mais naturais', da elaboração de supostas teorias do 'desenvolvimento sustentável' e do 'desenvolvimento local' e de novas relações entre a cidade e o campo (p.2)

Algumas análises sobre o rural atual constataam a convivência, nesses espaços, de duas vertentes: uma industrialista, da máxima artificialização da natureza e da agricultura e outra recuperadora, de uma busca pelo rural enquanto ambiente de vida natural, benéfico e equilibrado.

Nesta última vertente, estão incorporadas as novas percepções sobre a relação entre os espaços urbanos e rurais e as novas concepções sobre modos de habitar e estilos de vida.

A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida nos grandes centros. O contato com

os espaços mais naturalizados é, então, valorizado, “o ar puro, a simplicidade da vida, e a natureza são vistos como elementos ‘purificadores’ do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial” (Carneiro, 1997, p.153).

Os conseqüentes atributos atuais ligados à modernidade urbana, como a poluição, violência, desemprego, favelização, etc., passam a reconsiderá-la, pois conformam “condições de vida deterioradas e um modo de habitar degradado, desvalorizado, rejeitado, associado à pobreza, à exclusão e à delinqüência: uma representação negativa, em suma”. Essas formas de diferenciação, característica de nosso mundo contemporâneo, podem conduzir à afirmação de “especificidades múltiplas e diversificadas dos territórios, sejam urbanos ou rurais, desvalorizando-se antigas oposições e antagonismos” (Braida e Froehlich, 2000, p.17).

Para Canário (2000), os espaços rurais representam “em si mesmos, um recurso fundamental, na medida em que se constituem como reserva de espaço físico”, principalmente no sentido da proteção e reprodução da natureza e da paisagem. Além disso, apresentam “um conjunto de valores culturais e ambientais que lhe são intrínsecos, mas relativamente ‘invisíveis’ no quadro de uma lógica de mercado”. Para o autor, a existência desses espaços está evidenciada no âmbito das teorias de economia ambiental que recorrem ao conceito de um “valor de existência” assentado nos princípios da diversidade ecológica, cujos valores estão relacionados a “critérios de raridade, especificidade e funcionalidade” que não exigem um em termos de sistemas “reconhecimento de um valor de mercado de curto prazo” (p. 126).

Propostas de valorização e desenvolvimento rural, geralmente, assentam-se na produção de especificidades locais e reivindicações a diferenças culturais, da mesma forma, reivindicações ecológicas e ambientais também atuam na produção de especificidades para os espaços rurais, servindo como linguagem potencial para uma reconsideração sócio-política do rural e

(...) é em nome de concepções e avaliações tecno-científicas que se desenvolve, hoje, conflitos e lutas em relação aos impactos das infra-estruturas dos modelos agrícolas, das poluições ou dos projetos de utilização dos recursos naturais. A questão do ambiente - no espaço rural - confrontaria, assim, não somente usos diferentes (agrícolas, naturalistas, turísticos, etc.), mas também categorias de especialização

científicas e técnicas capazes de fornecer representações de base para uma gestão do espaço (Mormont apud Braida e Froehlich, 2000, p.19)

Portanto, as novas aproximações com a “Natureza” que, nas sociedades contemporâneas, vêm a se implementar, trazem novas interpretações e leituras sobre os espaços rurais, onde quer que se localizem. Para Froehlich e Rodrigues (1998), essas interpretações teóricas levam sempre em consideração a presença da esfera política, “pois assumem que o complexo político das relações de força redefine hoje as dimensões do espaço-tempo em diferentes realidades, conformando as condições de possibilidades singulares de cada espaço social” e, diante dessa visão, para compreender o espaço rural contemporâneo

é necessário trazer à reflexão os elementos que circulam na produção da realidade de outros espaços sociais, muitas vezes longínquos, e que atravessam transversalmente as sociedades, num processo hoje cada vez mais estreitamente ligado aos fenômenos do poder. Tal dinâmica tem a peculiaridade da articulação entre forças locais e forças "externas", globais, que delineiam especificidade aos fenômenos sociais, produzidos historicamente, em um dado espaço social (Froehlich e Rodrigues, 1998, p.6)

Referências Bibliográficas

BRAIDA, C. R. e FROEHLICH, J. M. *Aporias do discurso pós-moderno sobre a natureza e o rural*. Trabalho apresentado no XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2000. Disponível em <http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/06.pdf>

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente*. Brasília. Secretaria de Educação Fundamental – MEC/SEF, 1997.

CANÁRIO, R. *A Escola no Mundo Rural: Contributos para a construção de um objecto de estudo*. Porugal. Revista Educação Sociedade & Culturas, nº 14, 121-139, 2000.

CARNEIRO, M. J. *Ruralidade: novas identidades em construção*. In: *Anais XXV, Congresso da SOBER*. Natal: SOBER. pp.147-185, 1997.

CARVALHO, I.C.M. *Desafios e Dilemas políticos das lutas e movimentos ambientais*. In: QUINTAS, J.S. (org.) *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Ambientais, Brasília: Ed. IBAMA, 2000.

CASTRO, M.G. *Entre especificidades e diferenças: olhares para representações de uma escola rural no município de Piracicaba, SP*. Campinas: Faculdade de Educação, 2004 (Dissertação de Mestrado).

CRESPO, S. *Educar para a Sustentabilidade: A Educação Ambiental no programa da Agenda 21*. In: BARCELOS, V.H.L.; NOAL, F.O.; REIGOTA, M. *Tendências da Educação Ambiental Brasileira*. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2000.

FROEHLICH, J.M; RODRIGUES, I.S. *O Turismo Rural e as transformações no espaço agrário*. Recife. XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. INTERCOM, 1998. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/xxi-ci/gt19

GRAZIANO DA SILVA, J; CAMPANHOLA, C; DEL GROSSI, M. *O que há de realmente novo no rural brasileiro*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.19, n.1, p.37-67, jan/abr, 2002)